

A Trajetória de um Aluno com Deficiência no Curso de Licenciatura em Computação: Desafios e Superações

Antônio Enrique Dantas^{1*}, Welington Almeida de Sousa Maranhão^{1†}, Maria Wilda Fernandes Felipe^{2‡}, Emmanuel Sávio Silva Freire^{3§}

¹Polo de Apoio Presencial – Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Caixa Rua Padre Argemiro Rolim de Oliveira, s/n – 63.210-000 – Mauriti – CE – Brasil

²Departamento de Informática – Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza – CE – Brasil

³Departamento de Ensino – Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Morada Nova – CE – Brasil

{enriquedantas2013, welingtonrezenha}@gmail.com, wilda@ead.uece.br,
savio.freire@ifce.edu.br

Abstract. *This experience report aimed at presenting the academic trajectory of a disabled student in the degree course in Computing offered by the State University of Ceará (UECE) in the e-learning modality. Therefore, the entire student trajectory of the student was reported, presenting all the steps and difficulties faced by him/her during the course. As a result, it can be mentioned that it was clear the lack of preparation of the public educational institutions regarding the methodology and the evaluation method aimed at a student with cognitive deficiency who needs to have a whole apparatus to achieve their objectives and showed the actions carried out by the institutions which the student studied in trying to provide the welcome and support for his/her student development.*

Resumo. *Este relato de experiência teve como objetivo apresentar a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no curso de licenciatura em Computação ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) na modalidade de educação a distância. Assim, foi relatada toda a trajetória estudantil do aluno, apresentando todos os passos e as dificuldades enfrentadas por ele durante o curso. Como resultados, pode-se citar que ficou claro o despreparo das instituições públicas de ensino quanto a metodologia e o método avaliativo voltados para um aluno com deficiência cognitiva que precisa ter todo um aparato para conseguir alcançar seus objetivos e foram evidenciadas as ações realizadas pelas instituições que o aluno estudou em tentar proporcionar o acolhimento e o apoio para o seu desenvolvimento estudantil.*

* Licenciado em Computação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

† Tutor presencial do curso de Licenciatura em Computação da UECE. Licenciado em Computação.

‡ Coordenadora de tutoria do curso de Licenciatura em Computação da UECE. Mestre em Computação Aplicada.

§ Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE/Campus Morada Nova) e colaborador do curso de Licenciatura em Computação da UECE. Mestre em Ciências da Computação.

1. Introdução

De acordo com Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) [BRASIL, 2008], os alunos devem frequentar o ensino regular desde a educação infantil até a educação superior. Neste sentido, é importante considerar a formação docente e as ações que sustentam a prática [Messerschmidt e Castro 2016]. Além disso, as instituições de ensino devem propor estratégia para possibilitar a permanência e o êxito dos alunos especiais [Messerschmidt e Castro 2016].

Neste contexto, o curso de licenciatura em Computação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ofertado no polo de apoio presencial situado em Mauriti/CE, recebeu um aluno com deficiência que possuía deficiências mental e cognitiva. O referido curso é ofertado na modalidade de Educação a Distância (EaD) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Assim, além das atividades a ser desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os alunos tinham encontros presenciais referentes a cada disciplina. Por meio desses encontros, o aluno com deficiência conseguiu interagir com os alunos da sua turma e com o tutor presencial do polo de apoio.

O aluno com deficiência teve uma trajetória acadêmica complicada durante o ensino básico, pois, nessa época, quase não existiam políticas públicas que amparassem esses alunos na rede regular de ensino. Assim, a família desse aluno necessitou procurar por meios para viabilizar melhorias no processo de ensino e aprendizagem que pudessem incluí-lo. Além disso, o diagnóstico desse aluno só foi definido tardiamente. Esse fato dificultou ainda mais a sua trajetória acadêmica.

Ao chegar na universidade, a família acreditou que o aluno poderia ter um suporte mais adequado. Entretanto, o formato do curso não proporcionava que o aluno tivesse um bom acompanhamento das suas atividades. Por exemplo, existia um tutor presencial que precisava auxiliar todos os alunos da turma, dificultando que esse tutor auxiliasse o aluno quando necessário. Consequentemente, várias ações da universidade em conjunto com a coordenação do polo de apoio presencial e a família do aluno foram necessárias para que ele pudesse concluir o seu curso com êxito. Dentre essas ações, foram necessárias a adaptação das atividades, a inclusão de um novo tutor presencial e uma reunião com os professores para planejar estratégias de como incluir o aluno nas atividades do curso.

Neste sentido, esse relato de experiência teve como objetivo apresentar a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no curso de licenciatura em Computação ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) na modalidade de educação a distância. Para tanto, os principais desafios e superações desse aluno são detalhados e discutidos juntamente com as ações implementadas pela universidade para possibilitar que o aluno conseguisse êxito no seu processo de aprendizagem. Além disso, um histórico do aluno é apresentado no intuito de demonstrar a sua trajetória acadêmica antes da entrada na universidade.

Pode-se justificar a elaboração desse artigo como uma forma de tornar pública a trajetória acadêmica do aluno com deficiência, evidenciando as melhorias que a universidade necessitou implementar para adequar esse aluno ao curso. Com isso, foi

possível garantir a permanência e o êxito acadêmico do referido aluno. Adicionalmente, esse relato de experiência pode servir como ponto de partida para novas discussões sobre a inclusão de alunos especiais e auxiliar outras Instituições de Ensino Superior (IES) que estejam recebendo ingressos com necessidades especiais.

Este artigo está organizado como segue. Na seção 2, é abordado sobre a inclusão de alunos especiais no ambiente escolar. O curso de licenciatura em Computação ofertado pela UECE é descrito na seção 3. Na seção 4, a trajetória do aluno com deficiência é apresentada. Finalmente, as considerações finais são descritas na seção 5.

2. Inclusão de Alunos Especiais no Ambiente Escolar

Ao longo da história, foi caracterizada uma visão de educação voltada para um conhecimento acessível apenas para uma parte específica, privilegiada pela capacidade intelectual de aprender. No entanto, “buscou-se desmistificar essa visão e colocar em questão a exclusão vivenciada por parte do aluno com necessidades especiais uma vez que contradizia o direito a universalidade do ensino, pois na prática havia a exclusão daqueles que eram considerados fora dos parâmetros estabelecidos no campo do conhecimento” [Brasil Portal MEC, p.1]. O ensino voltado para a necessidade especial iniciou de forma a substituir o ensino regular separado por aquele considerado dentro dos padrões e fora dos padrões de normalidade.

A constituição de 1988 buscou garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais visando a inclusão social, a educação e a inserção no mercado de trabalho, através da igualdade e condições acessíveis a todos. Assim, no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 encontra-se “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [Jusbrasil, p. 1]”. Com isso, deixa-se claro o direito de todos ao acesso à educação bem como o dever do estado no cumprimento a esse direito assim como dever da família em incentivar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino.

Por consequência, os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos [SECADI, 2018]. Entretanto, colocar em prática a inclusão não se trata de bondade e sim da prática da ética uma vez que as escolas e universidades precisam se adequar as necessidades do aluno com deficiência fazendo com que as práticas pedagógicas as avaliações sejam adequadas a capacidade do aluno. Dessa forma, “a proposta educacional presente sugere uma aprendizagem, dentro de teorias que respeitem as mínimas condições de inclusividade e relevância com que os conteúdos possam ser trabalhados de forma significativa e motivadora” [Ausubel, 1968 apud Rogers, 1988, p. 85].

3. O Curso de Licenciatura em Computação ofertado pela UECE

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) vem ofertando, desde 2009, o curso de licenciatura em Computação na modalidade de Educação a Distância (EaD) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Inicialmente, o curso foi denominado de Licenciatura em Informática, mas, devido à alteração do Projeto Pedagógico do Curso

(PPC) ocorrida em 2014, trocou o termo Informática por Computação. Atualmente, o curso vem sendo ofertado em nove polos de apoio presencial localizados no estado do Ceará [Sampaio et al. 2014].

O objetivo principal do curso é “Propiciar uma formação sólida e abrangente de educadores, com base nas áreas de computação e técnicas de informática, enfatizando aspectos científicos, técnicos, pedagógicos e sociais” [Sampaio et al. 2014]. A forma de ingresso ocorre por meio de vestibular especial para cursos a distância de acordo com o calendário da UECE e se destina a qualquer interessado que possua o diploma de conclusão do ensino médio.

A matriz curricular do referido curso é composta por 44 disciplinas divididas nos núcleos de formação básica, de formação tecnológica, de formação humanística, comum, pedagógico, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. Dentre os principais papéis que atuam no curso, pode-se destacar [Sampaio 2014, p. 23]:

- **Professor formador:** responsável por preparar e ministrar as aulas nos polos de atuação. Além disso, trabalha diretamente com os alunos e Tutores auxiliando-os nas atividades de rotina;
- **Professor conteudista:** responsável por produzir os módulos/livros para as disciplinas. Assim, o conteúdo é fruto de iniciativas acadêmicas de pesquisa e produção intelectual;
- **Tutor a distância:** Cumpre o papel de facilitador da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes e principalmente estimulando e motivando os alunos.
- **Tutor presencial:** Cumpre o papel de apoiador do processo de aprendizagem nos Polos do curso e é responsável pela assistência presencial ao aluno

Vale ressaltar que, o egresso do curso deve possuir as seguintes competências e habilidades: “Além do exercício profissional de magistério em computação no ensino básico, da capacitação na elaboração e aplicação de projetos de informática educativa, o egresso terá ampla formação tecnológica em computação, conceitual e prática, habilitando-o ao desenvolvimento e implementação de produtos e soluções de informática voltada ao ensino e treinamento, desde software educativo até sistemas de educação a distância” [Sampaio et al. 2014].

4. Trajetória Acadêmica do Aluno com Deficiência

Esta seção apresenta a trajetória do aluno com deficiência no curso de licenciatura em Computação da UECE. Para tanto, o Aluno¹ será caracterizado e a sua trajetória no ensino básico e médio serão abordados. Em seguida, será apresentada a trajetória desse aluno no ensino superior.

¹ O aluno com deficiência será identificado como Aluno desde ponto em diante do artigo.

4.1. Trajetória Anterior ao Curso Superior

O Aluno iniciou a sua trajetória estudantil em 1996 quando possuía 4 anos de idade em uma escola que proporcionava o desenvolvimento na dimensão psicossocial e física. Mesmo assim, a família do Aluno enfrentava dificuldade em mantê-lo naquela instituição pois os profissionais que trabalhavam nela não tinham preparação para lidar com uma criança considerada desinquieta e incapaz de aprender. Entretanto, o Aluno era uma criança com deficiência mental e cognitiva que precisava de uma educação que fosse equiparada e desse possibilidades para o seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que nesse período, ainda não se cogitava a educação especial. Logo, os aqueles que não se enquadrasse no que a sociedade rotula como normal eram excluídos do meio educacional. A lei vigente só tratava da educação especial em Organizações não Governamentais (ONG) em que receberiam apoio do poder público não citava ensino especial na rede regular de ensino.

A situação se repetia durante a alfabetização e o ensino fundamental. Uma situação em especial foi lembrada pelo Aluno como uma forma de inclusão. Sempre na escola tinha o desfile de 7 de setembro e o Aluno participava. Nos outros eventos, ele pouco participava porque os professores afirmavam que ele atrapalhava. Além disso, o modo de avaliação aplicado ao Aluno era o mesmo que os dos seus colegas. Por isso, varias vezes o aluno ficou retido em diferentes disciplinas e acabou repetindo de ano.

Apenas quando o Aluno estava na sexta série, ele iniciou o seu tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O CAPS provê “serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental” [BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE, 2013/2018]. Assim, o Aluno passou a contar com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, médico, psiquiatra, enfermeiro e psicopedagogo.

Quando chegou no ensino médio, o Aluno começou um reforço no contraturno na sala multifuncional. Essa sala tinha como objetivo “Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superlotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem” [PORTAL MEC, 2016]. Além disso, o Aluno tinha a assistência de uma professora com especialização em educação especial. O Aluno também fez um curso técnico em Informática pelo projeto E-JOVEM². Devido a esse curso, o Aluno começou a se interessar pela Computação e decidiu prestar o vestibular para o curso de licenciatura em Computação.

² O E- JOVEM é um projeto do governo do estado criado através da parceria com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO -SEDUC em que visa o desenvolvimento da juventude advinda da rede pública estadual de ensino através da formação técnica em informática. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas?id=>. Acesso em 20.06.2018

4.2. Trajetória durante o Curso Superior

No dia 5 de setembro de 2014, ocorreu a aula inaugural da turma de 2014.2, do curso de licenciatura em Computação da UECE no polo presencial situado na cidade de Mauriti/CE. Foi um momento muito gratificante para o Aluno, uma vez que tudo aquilo era novo e desafiador.

O primeiro semestre foi muito complicado, pois a Universidade e o polo de apoio presencial não tinham um planejamento pedagógico voltado para aluno com necessidade especial. Além disso, os professores não estavam preparados com a nova situação e acabavam equiparando o Aluno aos demais em vez de me proporcionar diferentes condições de ensino e aprendizagem. O Aluno contava com o apoio da sua família e do tutor presencial. Entretanto, o tutor presencial não tinha como dar suporte exclusivamente para o Aluno, pois esse tutor tinha que dar apoio aos outros alunos do curso. Com essa situação, o Aluno reprovou duas disciplinas do primeiro semestre.

Diante desse cenário, a família do Aluno solicitou um laudo médico no CAPS relatando sobre as necessidades especiais e como deveria ser feito o acompanhamento do Aluno durante o curso. Esse laudo foi encaminhado para a coordenação do curso que entrou em contato com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior³ (CAPES). Como resultado, foi acordado que o Aluno teria o suporte de um outro tutor presencial. Esse suporte seria um reforço semanal, no qual o Aluno poderia realizar as atividades com o auxílio do tutor, focando nos estudos de maneira geral e que ele seria também o interlocutor entre os professores e o Aluno, adaptando as disciplinas de acordo com o seu processo de aprendizagem.

Essa alocação do tutor para o Aluno vai em direção ao decreto presidencial de dezembro de 1999, que trata sobre a equiparação do ensino especial. Para isso, “os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços: I - Reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social; II - Formação profissional e qualificação para o trabalho; III - escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e IV - Orientação e promoção individual, familiar e social” [Decreto Presidencial de 1999].

Entretanto, somente o acompanhamento do Aluno pelo tutor não era suficiente, pois o Aluno relatou que os professores do curso não estavam preparados para incorporar novas práticas pedagógicas, pois a cada professor novo que iniciava as disciplinas semestre a semestre sempre relatam esse despreparo. Além disso, os professores afirmavam que a adequação dos conteúdos era injusta com o restante da turma. Por isso, era necessário que o tutor presencial se colocasse no lugar do professor para tentar minimizar os impactos das dificuldades enfrentadas pelo Aluno. Isso ocorreu várias vezes. Vale ressaltar que o Aluno teve professores que se propuseram a ampliar os seus conhecimentos metodológicos e que fizeram o possível para que ele se sentisse amparado

³ A CAPES é responsável por gerenciar os cursos ofertados pela UAB.

e, em inúmeros momentos, se sentir parte de um todo, um ser humano capaz de sentir, de sofrer, de amar, e, acima de tudo, de aprender.

Em relação às disciplinas, o Aluno teve dificuldades em: Matemática I, Lógica de Programação, Probabilidade e Estatística, e Gerência de Projetos, pois eram disciplinas que exploravam cálculos matemáticos e raciocínio lógico. Por outro lado, as disciplinas de Estágio Supervisionado possibilitaram que o Aluno tivesse a oportunidade de voltar ao ensino médio não como aluno, mas como professor estagiário. Com isso, ele pôde reconhecer as dificuldades que teve anteriormente e tentar mudar a nova realidade. Durante o estágio, o Aluno foi bem recebido por todos os profissionais que trabalhavam na escola e por todos os alunos dessa instituição de ensino. Vale ressaltar que o planejamento dos estágios era realizado de acordo com as possibilidades do Aluno, possibilitando que ele pudesse desenvolver as atividades propostas na escola de forma autônoma.

Durante o processo de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o Aluno contou com o suporte de um professor orientador, do tutor presencial e da sua família. O formato escolhido foi um memorial, no qual o Aluno relatou toda a sua trajetória acadêmica desde o ensino básico até o ensino superior. Por meio desse trabalho, o Aluno pôde retratar todas as suas dificuldades enfrentadas e, principalmente, apresentar como essas dificuldades foram superadas. O momento da defesa foi emocionante, pois provou para o Aluno que, mesmo com as suas limitações, ele conseguiu terminar o seu curso de graduação.

5. Considerações Finais

O presente relato de experiência apresentou a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no ensino superior. Com isso, conseguiu-se cumprir com o seguinte objetivo “apresentar a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência no curso de licenciatura em Computação ofertado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) na modalidade de educação a distância”. Para tanto, foram apresentadas as dificuldades enfrentadas pelo Aluno no decorrer da sua trajetória acadêmica nos ensinos básico e superior. Dentre os principais pontos abordados, pode-se citar:

- A dificuldade que as instituições públicas possuem em realizar a inclusão de pessoas especiais. Como apresentado na subseção 4.2, a universidade e o polo de apoio presencial não tinham um planejamento prévio para a inclusão do Aluno. Entretanto, conseguiram alterar o seu planejamento para possibilitar um melhor acompanhamento do Aluno durante o curso;
- Os professores necessitam de capacitação para adequar os processos metodológicos para a realidade dos alunos especiais. A formação dos professores deveria incluir vivências e disciplinas que abordem sobre a Educação Especial. Além disso, deveriam abordar sobre metodologias que podem ser aplicadas em sala de aula para possibilitar a inclusão desses alunos tanto em sala de aula quanto no processo de ensino e aprendizagem;
- O processo avaliativo necessita ser ajustado. Os métodos avaliativos tradicionais não conseguem mensurar a aprendizagem dos alunos especiais. Como relatado na subseção 4.2, os professores precisaram pensar em novas formas de

avaliação, considerando critérios de correção que diferencie os alunos especiais dos demais.

Como lições aprendidas extraídas desse cenário ocorrido no curso de licenciatura em Computação, pode-se citar:

- É necessária a discussão sobre a inclusão de alunos especiais nas universidades, pois esses alunos acabam ingressando e não possuem um acompanhamento adequado;
- Devem ser ofertadas capacitações para os docentes, técnicos e gestores para que eles possam se apropriar de técnicas, metodologias e empatia para acompanhar os alunos especiais durante toda a sua trajetória acadêmica nas universidades;
- Novas formas de avaliação devem ser incluídas para verificar o nível de aprendizagem dos alunos especiais. Em outras palavras, não se pode avaliar um aluno com deficiência de forma igual aos alunos sem necessidade especial aparente;
- O modelo de EaD utilizado pela UECE precisou ser ajustado para que o Aluno pudesse ter um suporte adequado no polo de apoio presencial. Além disso, a colaboração entre os docentes, os tutores e as coordenações do curso e do polo foi essencial para a permanência e êxito do Aluno.

Em suma, este trabalho evidencia a necessidade da discussão da inclusão de alunos especiais nas universidades. Além disso, essa discussão também deve englobar a formação docente para viabilizar a utilização de novas metodologias e formas de avaliação para esses alunos. Vale ressaltar que o acesso dos alunos especiais é uma realidade nas universidades (o caso retratado nesse artigo é um bom exemplo), requerendo um esforço de toda comunidade para possibilitar adequações ao processo de ensino e aprendizagem.

Como trabalhos futuros, pode-se destacar: (i) a análise de outras trajetórias de alunos com deficiência nas universidades e a comparação com a retratada por esse artigo, e (ii) a aplicação de instrumentos de coleta de dados (questionários, entrevistas etc.) com o intuito de desvelar as necessidades tanto dos docentes quanto dos alunos com deficiência em relação às adequações do processo de ensino e aprendizagem para esse cenário.

Referências

- Ausubel, D. P. (1968) Educational psychology: a cognitive View. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Brasil, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Legislação, Brasília, DF, [1999]. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/legislacao/leg_constituicao_federal_leis/leg_cf_legislacao_constante/DecF3298-99%20-%20%20Deficientes.htm>. Acesso em 15 mai. 2018.
- Brasil, MEC/SEESP. (2008) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC.

Brasil. MINISTERIO DA SAÚDE. <<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-mental/acoes-e-programas-saude-mental/centro-de-atencao-psicossocial-caps>>. Acesso em 15 mai. 2018.

Brasil. PORTAL. MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=248&Itemid=426>. Acesso em 15 jul. 2018.

Jusbrasil. LEGISLAÇÃO DIRETA. Disponível em:<<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/busca?q=ART.+205+E+206+DA+CARTA+MAGNA>> Acesso em: 11 dez. 2017.

Messerschmidt, D. W. e Castro, S. F. (2016) “Docência com Alunos com Deficiência na Universidade”, In: Journal of Research in Special Educational Needs, v.16, n. s1, 394–398, doi: 10.1111/1471-3802.12165.

Rogers, C. (1988) Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes.

Sampaio, J. J. C. (2014) Projeto Político Pedagógico Licenciatura em Computação a Distância. Disponível em: http://www.uece.br/computacaoead/index.php/downloads/doc_download/2052-pcccomputacao. Acessado em 15 jul. 2018.

Secadi (2018). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>>. Acesso em 15 jul. 2018.